



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE VASSOURAS**

ANEXO MUNICIPAL DE VASSOURAS  
*Anexo Desemb*  
APROVADO 201.09.97

## **Autógrafo**

Lei nº 1795 de 08 de SETEMBRO de 1997

*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 1998 e dá outras providências correlatas.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte

**CAPÍTULO I**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS**

**LEI:**

*Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as Diretrizes Gerais para elaboração dos Orçamentos do Município para o Exercício de 1998.*

*Art. 2º - O Projeto-de-Lei Orçamentária estimará os valores da RECEITA e fixará os valores da DESPESA de acordo com os Preços vigentes em 31 de maio de 1997, aplicando-se-lhes as previsões variáveis para o período compreendido entre os Meses de Junho e Dezembro de 1997 e Exercício de 1998.*

**Parágrafo Único** - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que, por antecipação da Receita, na forma da lei.

*Art. 3º - Não poderão ser incluídas despesas com aquisição, início de obras para construção ou ampliação, ressalvadas as relacionadas no Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores, expressamente especificadas na Lei Orçamentária.*

**Parágrafo Único** - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis e em desacordo com o estabelecido nesta lei.



**CAPÍTULO II**  
**DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**SEÇÃO I**  
**DAS DIRETRIZES COMUNS**

**Art. 4º** - A Lei Orçamentária abrangerá o Orçamento Fiscal referentes aos Poderes e seus Fundos e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos e entidades a ela vinculados.

**Parágrafo Primeiro** -- O montante das DESPESAS dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social não deverá ser superior ao das RECEITAS.

**Parágrafo Segundo** - As DESPESAS poderão, excepcionalmente, no decorrer do exercício superar as RECEITAS desde que o excesso das DESPESAS seja financiado por operações de crédito, nos termos do Art. 129, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

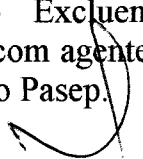
**Parágrafo Terceiro** - Na elaboração de suas propostas as instituições mencionadas no “caput” do artigo, terão como parâmetro de suas despesas globais os limites estabelecidos nos artigos 3º, 5º e 7º desta lei.


**Art. 5º** - AS DESPESAS com pessoal e encargos sociais não terão aumento superior à variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM em relação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1997 podendo, ainda, ocorrer livre negociação entre representantes dos servidores e o Poder Executivo respeitado, em ambos os casos, o limite estabelecido no Art. 202 da Lei Orgânica do Municipal.

**Parágrafo Primeiro** - O limite estabelecido para as despesas com pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos de administração com os seguintes elementos:

- Vencimentos e Vantagens;
- Obrigações Patronais;
- Proventos de aposentadorias e pensões.

**Parágrafo Segundo** - Excluem-se da limitação de que trata o “caput” do artigo, as despesas com agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores) e Contribuições para o Pasep.





**Art. 6º** - Os Cargos de Provimento efetivo, cuja vacância ocorrer no exercício de 1998, poderão ser preenchidos integralmente através da realização de Concurso de Provas e Títulos.

**Parágrafo Único** - No exercício de 1998 não poderão ser criados novos Cargos ou ampliado o número de vagas existentes, ressalvados os casos relativos à criação ou ampliação dos serviços municipais através de Lei Complementar, de conformidade com as disponibilidades existentes.

**Art. 7º** - As DESPESAS com custeio administrativo e operacional não poderão ter aumento superior à de índices de reajustes oficiais em relação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1997, salvo se comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, preços liberados, incremento de serviços prestados à comunidade ou novas atribuições recebidas ainda no exercício de 1997 ou no decorrer de 1998.


**Parágrafo Único** - Para efeito de cálculo do disposto neste artigo, não serão consideradas as despesas indicadas nos artigos 3º, 5º e 8º, desta Lei.


**Art. 8º** - As DESPESAS com juros, encargos e amortização de dívida, deverão considerar apenas as operações contratadas e autorizações concedidas até a data do encaminhamento de Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 9º** - O relatório bimestral de que trata o Artigo 114, da Lei Orgânica Municipal, demonstrará por Categoria de Programa de cada Órgão, segundo a Unidade Orçamentária, as DESPESAS realizadas.

**Art. 10** - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município para Clubes e Associações de Servidores ou outras Entidades congêneres, excetuadas Creches e Escolas para o atendimento Pré-Escolar.

**Art. 11** - O Município incluirá no Projeto de Lei Orçamentária dotações à título de auxílios e subvenções sociais, com fins exclusivos para transferência de recursos à Entidades Privadas sem fins lucrativos, desde que:

- I. - Sejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, ou,
  - II. - Atendam o disposto nos Artigos 174, Parágrafo Único, e 175 da Lei Orgânica Municipal ou
  - III. - Sejam vinculadas à Organismos Internacionais.
- 



**Parágrafo Único** - Com a finalidade de incentivar à prática desportiva, os recursos a que se referem este Artigo, poderão ser destinados, exclusivamente, à Liga Desportiva do Município, e, outras entidades beneficiadas por legislação complementar.

**Art. 12** - As RECEITAS Municipais serão programadas para atender, preferencialmente, respeitadas as peculiaridades e vinculações legais obrigatórias, aos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Juros, Encargos e Amortizações de Dívidas, Contrapartida de Financiamentos, outros de Manutenção e Investimentos prioritários.

## **SEÇÃO II**

### **DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL**

**Art. 13** - Na fixação das DESPESAS serão observadas as prioridades constantes do Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores.

**Art. 14** - Na apreciação da proposta orçamentária do Poder Legislativo para o Exercício de 1998, visando a integração de suas DESPESAS no Projeto de Lei do Orçamento, observar-se-ão os seguintes limites:

**I** - As DESPESAS com pessoal e encargos observarão ao disposto no Artigo 5º desta Lei e

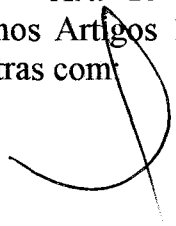
**II** - As DESPESAS com custeio administrativo e operacional, ressalvadas as com Pessoal e Encargos, observarão o disposto nos Artigos 3º e 7º desta Lei.


**Parágrafo Único** - O comprometimento total sobre a Receita prevista, não poderá exceder ao percentual médio dos últimos três exercícios financeiros, apurado ano a ano, entre a Despesa executada pelo Poder Legislativo e a Receita arrecadada total.

## **SEÇÃO III**

### **DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 15** - O Orçamento da Seguridade Social obedecerá ao definido nos Artigos 194, 196, 201 e 203 da Constituição Federal e contará dentre outras com





**I - RECEITA** originária da transferência de recursos SUS Sistema Único de Saúde e

**II - RECEITA** derivada da Arrecadação de Impostos e Taxas pelo Município.

**Parágrafo Primeiro** - Os recursos alocados no Orçamento de Seguridade Social do Município, serão classificados, quanto as funções de governo, exclusivamente as seguintes:

<b>Código</b>	<b>Função</b>
<b>13</b>	<b>Saúde e Saneamento</b>
<b>15</b>	<b>Assistência e Previdência</b>

**Parágrafo Segundo** - A inclusão de recursos e sua consideração como integrante do Orçamento de Seguridade, quando não classificados nos termos do Parágrafo Anterior, dependerá de expressa especificação na Lei Orçamentária.

**Art. 16** - A Proposta Orçamentária da Seguridade Social, incluirá na parte relativa à Saúde, gastos não inferiores ao limite estabelecido no Artigo 158, Parágrafo Segundo, da Lei Orgânica Municipal.

**Parágrafo Único** - Os recursos destinados à manutenção das atividades de saúde, serão inclusos na Lei Orçamentária do Município, como transferências operacionais e constituirão Receita do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S.

**Art. 17** - Na Fixação das DESPESAS observar-se-ão as prioridades constantes do Plano Plurianual e suas alterações posteriores.

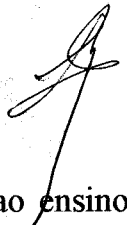
**Art. 18** - O Município poderá assinar Convênio com o Órgão Federal de Assistência e Previdência Social para atendimento dos seus Servidores.

**Parágrafo Único** - O Orçamento da Seguridade Social discriminará transferência de recursos do Município para o Órgão Federal de Previdência Social destinados a efetivação legal das ações e direitos pertinentes.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS RECURSOS DESTINADOS AO ORÇAMENTO DE ENSINO**





**Art. 19** - Os recursos orçamentários destinados ao ensino, nos termos da Emenda Constitucional nº 14/96 de 12/09/96, serão alocados no Orçamento Fiscal do Município, destinando-se parte para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e parte para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

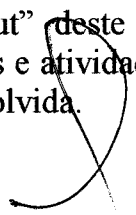
**Art. 20** - Na Lei Orçamentária Anual, integrada conjuntamente pela programação dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, a discriminação das DESPESAS far-se-à por categoria de programação, indicando-se pelo menos para cada uma:


- I** - O Orçamento de Origem e
- II** - A natureza das despesas.

**Parágrafo Primeiro** - Dentre outros demonstrativos, a Lei Orçamentária incluirá:

- I** - Das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social bem como do conjunto dos dois Orçamentos;
- II** - Da natureza da despesa, por órgão e unidade orçamentária;
- III** - De despesa por fonte de recurso, por órgão de Unidade Orçamentária;
- IV** - Dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no Art. 173 da Lei Orgânica Municipal;
- V** - Dos recursos destinados a Saúde, em cumprimento do disposto no Art. 158, Parágrafo Segundo, da Lei Orgânica Municipal;
- VI** - Dos investimentos consolidados nos orçamentos do Município.

**Parágrafo Segundo** - As Categorias de programação de que trata o “caput” deste Artigo, serão identificadas por subprogramas segundo os projetos e atividades, os quais especificarão as respectivas metas ou ação a ser desenvolvida.





**Parágrafo Terceiro** - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, DESPESAS à conta de investimentos em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública previstos na Legislação Federal aplicada à espécie.

**Art. 21** - Para informação do Poder Legislativo, deverá constar na proposta Orçamentária, ao menor nível da categoria de programação, relacionada pela natureza da DESPESA a origem dos recursos obedecida a seguinte discriminação:

- I** - Não vinculados;
- II** - Da Seguridade Social;
- III** - Aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- IV** - Vinculados, inclusive RECEITAS originárias da transferência de Convênio;
- V** - Outras vinculações previstas na Lei Orgânica do Município;
- VI** - Decorrentes de Operações de Crédito.

**Art. 22** - O Projeto de Lei Orçamentária será apresentado com a forma e detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições legais.

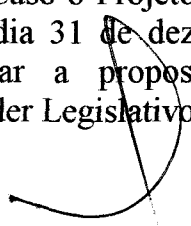
**Art. 23** - Os Créditos terão a forma, o nível de detalhamento e as informações estabelecidas nesta Lei, especialmente no Art. 19, Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, bem como a indicação dos recursos correspondentes.

**Art. 24** - A prestação de contas anual do Município, independentemente de outros demonstrativos e esclarecimentos incluirá relatório de execução com a forma de detalhes apresentados na Lei Orçamentária.

**Art. 25** - O Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 1997.

**Art. 26** - O Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado ao Poder Executivo para sanção até 31 de dezembro de 1997.

**Parágrafo Único** - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja encaminhado para sanção até o dia 31 de dezembro de 1997, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária para 1998, originalmente encaminhada ao Poder Legislativo.



***CAPÍTULO V***  
***DAS DISPOSIÇÕES GERAIS***

***Art. 27*** - Serão considerados prioritários os projetos constantes do Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores.

***Art. 28*** - Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda a coordenação e elaboração dos orçamentos que trata desta Lei.

***Art. 29*** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vassouras-RJ, 08 de *SETEMBRO* de 1997.

**Pedro Ivo da Costa**  
**Prefeito Municipal**

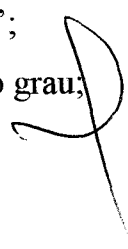


## **ANEXO I**

### **I - ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

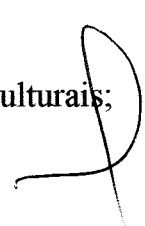
- 01** - Revisão e atualização da remuneração dos agentes políticos municipais:  
Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores;
- 02** - Manutenção e Operacionalização das Unidades Administrativas do Município;
- 03** - Manutenção dos Servidores de Processamento de Dados relativos às áreas de tributação, arrecadação contabilidade, administração de pessoal e Patrimônio;
- 04** - Informatização do Setor de Material;
- 05** - Concessão de Vale-Transporte aos Servidores Municipais;
- 06** - Manutenção do serviço de divulgação dos atos administrativos municipais;
- 07** - Manutenção do serviço de pagamento da dívida contratada junto aos órgãos previdenciários federais (INSS e FGTS);
- 08** - Aquisição de material permante e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e artigos de escritório);
- 09** - Cobrança de taxas pela utilização do uso do solo e subsolo das vias e logradouros públicos;
- 10** - Manutenção dos veículos municipais de quaisquer natureza.
- 11** - Cobrança de Contribuição Provisória para fins de Iluminação Pública.

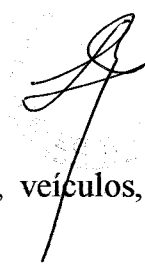
### **II - POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURAL E DESPORTIVA**

- 01** - Construção, ampliação e reforma de Creches para atendimento da criança de 0 à 06 anos de idade;
  - 02** - Manutenção do ensino pré-escolar;
  - 03** - Manutenção do ensino do primeiro grau;
- 



## **II - POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURAL E DESPORTIVA**

- 01** - Construção, ampliação e reforma de Creches para atendimento da criança de 0 à 06 anos de idade;
  - 02** - Manutenção do ensino pré-escolar’;
  - 03** - Manutenção do ensino do primeiro grau;
  - 04**- Construção, ampliação e reforma de Unidade Escolares para atendimento ao pré-escolar e primeiro grau;
  - 05** - Construção e reforma de quadras poliesportivas e parques infantis para a prática de esportes e lazer;
  - 06** - Ampliação e reforma do Estádio Municipal “Ernani do Amaral Peixoto”;
  - 07** - Participação e Realização de Jogos Escolares através de competições de várias modalidades desportivas, visando a integração do meio estudantil municipal;
  - 08** - Concessão de bolsas de estudos nas áreas do primeiro e segundo graus de ensino para suprimimento da demanda, em virtude de comprovada deficiência de vagas nas escolas públicas;
  - 09** - Promoção de atendimento educacional à deficientes através de transferência de recursos à Sociedade Pestalozzi;
  - 10** - Distribuição de material didático;
  - 11** - Aquisição e distribuição de merenda escolar e serviços correlatos conveniados;
  - 12** - Concessão de Vale-Transporte aos professores da rede municipal de ensino;
  - 13** - Treinamento de recursos humanos - realização de cursos de reciclagem do magistério municipal;
  - 14** - Promoção e realização de atividades culturais;
- 

  
**15** - Aquisição de material permante e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e equipamentos de uso escolar);

**16** - Aquisição e distribuição de uniformes e material desportivo aos alunos da rede municipal de ensino;

**17** - Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

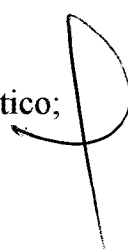
### **III TURISMO**

**01** - Promoção, realização e participação em eventos turísticos de quaisquer natureza;

**02** - Construção de Mirante no Morro da Torre para incentivar o turismo da região;


**03** - Construção de Complexo Turístico;

**04** - Instalação de Teleférico.





#### **IV - DESENVOLVIMENTO URBANO, SOCIAL E ECONÔMICO**

- 01** - Manutenção dos serviços de limpeza pública;
  - 02** - Aquisição de equipamentos e material permanente destinados ao serviço de limpeza pública;
  - 03** - Manutenção dos serviços de iluminação de vias, logradouros e prédios públicos;
  - 04** - Manutenção de praças e jardins do Município;
  - 05** - Aquisição e distribuição de uniformes completos aos trabalhadores em serviço nas vias e logradouros públicos, parques, jardins e garagem municipal;
  - 06** - Obras diversas de saneamento ambiental ( galerias, esgotos e rede coletoras);
  - 07** - Construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda;
  - 08** - Construção de Pólo Industrial do Município;
  - 09** - Pavimentação e drenagem de diversas ruas do Município ( Sede e Distritos);
  - 10** - Construção de pontes em vias e logradouros públicos;
  - 11** - Realização de obras de infraestrutura básica para o advento e desenvolvimento de atividades produtivas;
  - 12** - Participação e promoção de festas populares e exposições de quaisquer natureza;
  - 13** - Publicidade informal das promoções festivas e de investimentos de natureza econômica promovidos pelo Município;
  - 14** - Promoção de apoio ao setor rural através de concessão de auxílio financeiro à Emater;
  - 15** - Ações de Reflorestamento;
  - 16** - Melhoria das condições de TV (Torre de TV)
- 



## **ANEXO II**

### **SEGURIDADE SOCIAL**

- 01** - Manutenção do atendimento à saúde da população através da transferência de recursos para o Fundo Municipal da Saúde;
- 02** - Manutenção e operacionalização das Unidades de Saúde através do Fundo Municipal de Saúde;
- 03** - Manutenção e operacionalização do Fundo Municipal da Saúde;
- 04** - Implantação do serviço de proteção e defesa da criança e do adolescente;
- 05** - Implantação das ações básicas de saúde;
- 06** - Manutenção dos pagamentos de aposentadorias e pensões.
- 07** - Construção , ampliação e reforma de Unidades de Saúde.